



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

TARDE

AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO (ACE) - DIREITO

PROVA ESCRITA OBJETIVA E DISCURSIVA – NÍVEL SUPERIOR

TIPO 2 – VERDE



SUA PROVA

Além deste caderno de provas contendo oitenta questões objetivas e duas questões dissertativas, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha de respostas das questões objetivas
- uma folha de textos definitivos para a transcrição das respostas das questões dissertativas



TEMPO

- **5 horas** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva e para a transcrição das respostas das questões dissertativas para a folha de textos definitivos
- **3 horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de provas
- **30 minutos** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de provas**



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala



INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s)
- Confira o cargo, a cor e o tipo do seu caderno de provas. Caso tenha recebido caderno de cargo, cor ou tipo diferente do impresso em sua folha de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala
- O preenchimento das respostas da prova objetiva e da prova discursiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas e da folha de textos definitivos em caso de erro
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva e as transcrições para a folha de textos definitivos, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de provas
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas

Boa sorte!

CONHECIMENTOS BÁSICOS**Língua Portuguesa****1**

Em todas as frases abaixo há uma antítese. Aquela frase em que as palavras em antítese estão, respectivamente, no sentido lógico e no sentido figurado, é:

- (A) Um homem cheio de si é sempre vazio;
- (B) Provar que eu estou certo seria admitir que eu poderia estar errado;
- (C) Encontrar defeito é fácil, mas fazer melhor pode ser difícil;
- (D) As pessoas não são contra você; são apenas a favor delas;
- (E) O marido saiu de casa para entrar numa nova relação.

2

Em todas as opções abaixo há uma frase que foi reescrita, com o deslocamento de termos, mantendo-se o sentido original.

A frase em que essa reescritura foi feita de forma adequada, é:

- (A) Se a chama que está dentro de ti se apagar, as almas que estão ao teu lado morrerão de frio / Se se apagar a chama que está dentro de ti, morrerão de frio as almas que estão ao teu lado;
- (B) Como a lâmpada, só podemos ser úteis quando nossa luz vem de dentro / Quando nossa luz vem de dentro, só podemos ser úteis, como a lâmpada;
- (C) É melhor dar do que emprestar, e custa aproximadamente o mesmo / Custa aproximadamente o mesmo dar ou emprestar;
- (D) Se procuras uma mão disposta a te ajudar, tu a encontrarás no final do teu braço / Se procuras no final do teu braço, tu encontrarás uma mão disposta a te ajudar;
- (E) Quem fica na ponta dos dedos não se conserva de pé durante muito tempo / Quem não se conserva de pé durante muito tempo fica na ponta dos dedos.

3

Quatro das frases abaixo mostram um termo anafórico (termo que se refere a um outro termo anterior) sublinhado; a frase em que esse termo tem um antecedente definido SEM ambiguidade, é:

- (A) O amor é como fogo: para que dure é preciso alimentá-lo;
- (B) Tenha cuidado ao emprestar dinheiro a um amigo. Você pode perdê-lo;
- (C) Uma emoção deixa de ser paixão assim que formamos uma clara e distinta ideia acerca dela;
- (D) A verdadeira amizade é como a saúde, só se percebe seu valor ao perdê-la;
- (E) A infelicidade é não saber o que se quer e fazer um esforço enorme para consegui-lo.

4

Observe o início de um conto de autoria desconhecida:

“Na esquina da av. Copacabana com a rua República do Peru decidiram parar a motocicleta, pois havia ali vários restaurantes e estavam com fome. Escolheram uma pizzaria, após analisarem o cardápio exposto à entrada. O local era modesto, com mesinhas de madeira espalhadas em torno de uma reprodução menor da Torre de Pisa. Sobre cada mesinha, uma garrafa, coberta de cera das velas que eram inseridas continuamente no gargalo, fazia o papel de abajur. Os jovens, trajando jeans e camisetas coloridas sentaram-se a uma mesa perto do muro e abriram imediatamente o cardápio”.

Em relação aos componentes textuais desse fragmento, é correto afirmar que:

- (A) a despreocupação com a localização dos personagens permite a ancoragem do relato no terreno da ficção;
- (B) a imagem dos personagens é dada aos leitores de forma indireta, sugerindo traços psicológicos por meio de uma série de detalhes;
- (C) alguns detalhes do texto localizam os personagens numa classe de alto poder econômico;
- (D) a descrição de alguns detalhes do local mostra tratar-se de uma pizzaria de tipo popular;
- (E) a ação narrativa transcorre com lentidão exagerada a fim de que os leitores possam ambientar-se com o narrado.

5

A frase abaixo em que NÃO está presente qualquer oração de valor condicional, é:

- (A) Eu sou realmente fácil de lidar, uma vez que as pessoas aprendam a me venerar;
- (B) Um megalômano é um homem que pensa que se ele não tivesse nascido, o mundo precisaria saber por quê;
- (C) O mundo não gira em torno de você... Só quando você bebe demais;
- (D) Caso o diabo pense que pode fazer as pessoas piores, ele é um otimista;
- (E) Dê autoridade a um homem, desde que você queira conhecê-lo verdadeiramente.

6

Entre as frases abaixo, aquela que mostra uma estruturação coerente, sem qualquer contradição lógica, é:

- (A) Serviço de emergência disponível só com 24 horas de antecedência;
- (B) Eu mataria por um prêmio Nobel da paz;
- (C) Eu caminho devagar, mas nunca caminho para trás;
- (D) Pontualidade é a coincidência de duas pessoas chegarem com o mesmo atraso;
- (E) Eu não sei o que quero fazer de minha vida, mas eu o farei.

7

Um provérbio sueco diz o seguinte: “Se procuras uma mão disposta a te ajudar, tu a encontrarás no final do teu braço”.

Sobre esse provérbio, é correto afirmar que:

- (A) a primeira frase representa uma causa para a realização da ação indicada na segunda frase;
- (B) a mensagem da frase mostra, implicitamente, que as pessoas devem contar com os demais para o cumprimento de tarefas pessoais;
- (C) a frase tem a finalidade de chamar a atenção do leitor para uma reflexão sobre o trabalho;
- (D) as duas frases mostram ações que se realizam simultaneamente;
- (E) o termo “mão” corresponde a “uma pessoa”, exemplificando o emprego de um termo que representa a parte pelo todo.

8

Todas as frases abaixo mostram verbos ligados à ação de “ver”. A frase em que o verbo sublinhado NÃO está adequadamente empregado, por não ter seu sentido adequado ao contexto, é:

- (A) O atirador mirou com cuidado o alvo pretendido;
- (B) O caçador vislumbrou o animal entre a folhagem;
- (C) No museu, pessoas observam desatentas os inúmeros quadros;
- (D) Ao entrarem na Capela Sistina, os turistas contemplam obrigatoriamente as pinturas do teto;
- (E) O daltonismo não permitia que ele distinguisse o verde do vermelho.

Matemática Financeira

9

Considere um empréstimo de R\$ 10.000,00, com taxa de juros de 2% ao mês, a ser pago em 10 parcelas mensais iguais, de acordo com a tabela Price.

Sabendo-se que a primeira parcela é de R\$ 1.113,27, a parte da amortização nessa parcela é:

- (A) R\$ 800,00;
- (B) R\$ 815,73;
- (C) R\$ 886,73;
- (D) R\$ 913,27;
- (E) R\$ 1.000,00.

10

Pedro está pensando em comprar um bem que custa R\$ 1.700,00, caso o pagamento seja à vista. O vendedor oferece a opção de pagar em 2 parcelas mensais fixas de R\$ 1.000,00 sem entrada, com a primeira parcela a ser paga um mês após a data da compra.

A equação que a taxa mensal de juros x embutida neste financiamento deve satisfazer é:

- (A) $1700 \cdot (1 + x) = 2000$
- (B) $1000 \cdot (1 + x) + 1000 \cdot (1 + x)^2 = 1700$
- (C) $2 \frac{1700}{1+x} = 2000$
- (D) $\frac{1000}{1+x} + \frac{1000}{(1+x)^2} = 1700$
- (E) $\frac{2000}{(1+x)^2} = \frac{1700}{1+x}$

11

O custo da matéria-prima da construção de um muro com 2 m de altura, 4 m de extensão e 20 cm de largura é de R\$ 1.200,00.

O custo com matéria-prima de mesma natureza da construção de 3 muros de 2 m de altura, 3 m de extensão e 20 cm de largura é de:

- (A) R\$ 1.800,00;
- (B) R\$ 2.000,00;
- (C) R\$ 2.400,00;
- (D) R\$ 2.500,00;
- (E) R\$ 2.700,00.

12

O investimento X remunera com juros mensais de 3%. O investimento Y é um ponto percentual melhor do que X, ou seja, remunera com juros mensais de 4%.

Considerando o período de 6 meses, o investimento Y tem um rendimento semestral superior ao investimento X, em pontos percentuais, de:

Dados: $(1,03)^6 \approx 1,194$ e $(1,04)^6 \approx 1,265$.

- (A) 5,7;
- (B) 5,8;
- (C) 6,5;
- (D) 6,8;
- (E) 7,1.

13

Certo produto é vendido por um valor x , em reais, sem desconto. Com o desconto de 20%, o preço é de R\$ 100,00.

O valor de x é:

- (A) R\$ 115,00;
- (B) R\$ 120,00;
- (C) R\$ 125,00;
- (D) R\$ 130,00;
- (E) R\$ 135,00.

Administração Pública

14

Em direção ao desenvolvimento de um paradigma pós-burocrático, a estratégia de flexibilização denominada publicização foi implantada a partir dos anos 1990 no Brasil. Esta foi definida como o processo de descentralização da execução de serviços, como educação, saúde, cultura e pesquisa científica, dentre outros. A estratégia de publicização introduziu também a possibilidade de união entre dois ou mais entes da federação (Municípios, Estados) com a finalidade de prestar serviços e desenvolver ações conjuntas que visem ao interesse coletivo e benefícios públicos.

Essa união é denominada:

- (A) autarquia;
- (B) consórcio público;
- (C) organização social;
- (D) parceria público-privada;
- (E) empresa de propósito específico.

15

Uma Instituição de Ensino Superior (IES) formulou um mapa estratégico visando a organizar os objetivos estratégicos para os próximos dez anos, considerando as dimensões tradicionais do modelo Balanced Scorecard (BSC). Dentre os objetivos, estão contemplados em uma mesma dimensão o aumento da receita e o reinvestimento na IES, bem como a captação de recursos para pesquisas.

Em relação ao mapa estratégico, é correto afirmar que os indicadores pertencem à dimensão:

- (A) do aprendizado;
- (B) educacional;
- (C) financeira;
- (D) dos processos internos;
- (E) da sociedade.

16

O desenvolvimento da gestão de riscos abrange conduzir um processo multidisciplinar e coletivo que envolve diferentes decisões a cada etapa do processo. Por exemplo, na gestão de uma unidade hospitalar, uma das etapas iniciais é mapear os principais fatores internos e externos que podem afetar o alcance dos objetivos e os resultados de uma organização pública, como, por exemplo, a identificação de potenciais questões epidemiológicas, ou mudanças em legislações pertinentes aos serviços prestados.

Essa etapa do processo é denominada:

- (A) avaliação dos riscos;
- (B) melhoria contínua;
- (C) estabelecimento do contexto;
- (D) consulta às partes interessadas;
- (E) tratamento dos riscos.

17

Em uma política de incentivo fiscal, de um determinado Estado brasileiro, foi observada a existência de lacunas, redundâncias e incoerências na definição das responsabilidades de vários órgãos e setores dos três poderes tanto na implementação quanto no monitoramento e avaliação dos resultados da política. Esse cenário revelou problemas na atuação de diversas “agências estatais” que deveriam ter o poder legal e a capacidade para supervisionar rotinas administrativas e aplicar sanções caso se verificassem irregularidades nas ações de outros órgãos e setores estatais.

Em termos de transparência e responsabilização entre diferentes órgãos de Estado, esse cenário descreve um problema na garantia de:

- (A) accountability horizontal;
- (B) accountability vertical;
- (C) gestão de custos;
- (D) governo eletrônico;
- (E) construção de agenda.

18

No desenvolvimento de uma política pública podem existir diferentes formas de coprodução com o cidadão. Essa diferenciação ocorre em função do tipo de participação e envolvimento do cidadão ao longo do processo. Por exemplo, há políticas em que a comunidade toma as iniciativas e se articula, permanentemente, como microcosmo que age em prol do bem comum, independentemente de o cidadão ser ou não solicitado ou convocado pelo poder público.

Essa modalidade de coprodução envolve a participação do tipo:

- (A) por consulta;
- (B) passiva;
- (C) funcional;
- (D) interativa;
- (E) automobilização.

Legislação aplicável ao TCEES

19

Maria, Joana e Helena, servidoras ocupantes de cargo de provimento efetivo do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), travaram intenso debate a respeito das competências do auditor de controle externo. Maria afirmou que compete exclusivamente aos ocupantes de cargos dessa natureza programar e planejar as atividades do controle externo do TCEES nas entidades jurisdicionadas. Joana afirmava que esses agentes devem analisar e instruir recursos interpostos contra decisões do TCEES. Helena, por sua vez, observou que devem aprovar as vistorias realizadas pelos setores operacionais em momento anterior à sua apreciação pelo TCEES.

Instada a analisar as afirmações de suas colegas, Bruna concluiu, corretamente, que:

- (A) todas estão certas;
- (B) apenas Joana está certa;
- (C) apenas Helena está certa;
- (D) apenas Maria e Joana estão certas;
- (E) apenas Maria e Helena estão certas.

20

Em inspeção ordinária realizada pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, foi constatado que determinada entidade da administração pública indireta, com personalidade jurídica de direito público, adotava procedimento de fiscalização dos contratos administrativos que se mostrava inadequado, estando à margem da lei, sendo falho e lesivo ao interesse público. Após a instauração de procedimento específico no âmbito do Tribunal de Contas, o dirigente máximo da referida entidade consultou sua assessoria a respeito da possibilidade de ser celebrado termo de ajustamento de gestão.

A assessoria respondeu, corretamente, que o referido termo:

- (A) deve individualizar a obrigação, fixar o prazo de até trinta e seis meses para o seu cumprimento e cominar sanções para a hipótese de descumprimento;
- (B) somente pode ser celebrado na fase de execução das decisões do Tribunal de Contas, sendo utilizado como mecanismo de abreviação de cumprimento;
- (C) é um mecanismo de conformação normativa, a ser celebrado com o Tribunal de Contas, mas que somente pode ser firmado por pessoas naturais, não por pessoas jurídicas;
- (D) pode ser firmado pela referida entidade da administração pública indireta, como forma de regularização de atos e procedimentos, e deve ser aprovado pelo Tribunal Pleno;
- (E) é exemplo de consensualidade de colaboração, em que a pessoa natural ou jurídica deve oferecer elementos que contribuam para a conclusão da investigação, beneficiando-se de sanções mais brandas caso ajuste sua conduta.

21

A sociedade empresária Alfa, que vende eletrodomésticos, coletou dados pessoais dos consumidores dos seus produtos, com a alegação de que formaria cadastro. Embora não tivesse autorização desses consumidores, Alfa contratou a sociedade empresária Beta para que, com fins econômicos, procedesse à avaliação e à classificação desses dados, de modo a transmiti-los, em momento futuro, às demais sociedades empresárias que integravam o mesmo grupo econômico de Alfa. Em razão do ocorrido, uma associação de proteção aos consumidores informou que solicitaria à autoridade nacional a punição de Alfa e Beta, que, até então, jamais tinham infringido a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

À luz dessa narrativa, é correto afirmar que:

- (A) apenas a sociedade empresária classificada como agente de tratamento de dados pode ser responsabilizada da forma alvitrada, sendo cabível a sanção de suspensão do exercício da atividade de tratamento de dados pessoais a que se refere a infração pelo período máximo legal, não sendo cabível a aplicação de outras sanções administrativas;
- (B) tanto a controladora como a operadora podem ser responsabilizadas da forma alvitrada, sendo cabíveis as sanções de eliminação dos dados pessoais e suspensão parcial do funcionamento do banco de dados, a que se referem a infração, pelo período máximo legal, bem como a aplicação das sanções da Lei nº 8.078/1990;
- (C) apenas a sociedade empresária classificada como controladora pode ser responsabilizada da forma alvitrada, sendo cabível a sanção de proibição total ou parcial do exercício de atividades relacionadas a tratamento de dados, não sendo possível a aplicação das sanções da Lei nº 8.078/1990;
- (D) tanto a controladora como a operadora podem ser responsabilizadas da forma alvitrada, não sendo cabível a sanção de suspensão parcial do funcionamento do banco de dados, a que se refere a infração, sendo possível a aplicação das sanções da Lei nº 8.078/1990;
- (E) tanto a controladora como a operadora podem ser responsabilizadas da forma alvitrada, sendo cabíveis apenas as sanções de advertência e multa, sem prejuízo das demais sanções administrativas, cíveis e penais cabíveis na espécie.

22

João, interessado em ocupar cargo de provimento efetivo no âmbito do Poder Executivo do Estado do Espírito Santo, questionou um colega a respeito da essência e da formalização da denominada “localização”, mais especificamente se poderia ser realizada contra a vontade do servidor.

O colega informou, corretamente, a João que a localização:

- (A) é sinônimo de lotação, indicando a secretaria ou o órgão ao qual o servidor ficará funcionalmente vinculado até que seja removido, de ofício ou a pedido;
- (B) deve ser realizada de ofício sempre que o servidor estiver investido em mandato eletivo, desde a expedição do diploma até o término do mandato, ou à disposição de entidade de classe;
- (C) não pressupõe a expedição de ato formal, refletindo apenas o local em que o servidor deve ficar fisicamente, o que não pressupõe a sua aquiescência, mas apenas a disponibilidade da Administração;
- (D) é ato formal, que pode se dar a pedido ou de ofício, sendo que, neste último caso, fundada na necessidade de pessoal, a escolha recairá, preferencialmente, sobre o servidor que preencha as características indicadas em lei;
- (E) somente pode ser realizada a pedido, conforme a ordem de antiguidade na classe, refletindo o direito do servidor de escolher, no âmbito da respectiva Secretaria de Estado, entre as localidades disponíveis, aquela em que irá atuar.

23

Joana, pessoa com 18 anos de idade, mas que ainda não promovera o seu alistamento eleitoral, solicitou a busca e o fornecimento dos processos administrativos relativos às contratações realizadas pelo Município Delta, com a sociedade empresária Alfa, nos últimos três anos. Ao receber o requerimento de Joana, o setor de protocolo certificou nos autos que: (1) não foram indicados os motivos determinantes da solicitação; (2) não foi recolhida qualquer taxa para custear o serviço de busca e fornecimento da informação; e (3) foi solicitado que as informações armazenadas em formato digital fossem fornecidas de forma impressa.

À luz da sistemática estabelecida na Lei de Acesso à Informação, é correto afirmar, em relação ao certificado pelo setor de protocolo, que:

- (A) todas as informações objeto de certificação impedem o acesso à informação;
- (B) nenhuma das informações objeto de certificação impede o acesso à informação;
- (C) apenas as informações 1 e 2 impedem o acesso à informação;
- (D) apenas as informações 2 e 3 impedem o acesso à informação;
- (E) apenas a informação 3 impede o acesso à informação.

24

O presidente da autarquia Alfa, vinculada ao Poder Executivo do Estado do Espírito Santo, foi informado por um assessor que o enquadramento legal, no âmbito das despesas públicas, de determinado valor pago à generalidade dos servidores, seguia uma normativa antiga, já superada por alterações posteriores. Outro assessor, no entanto, entendia que o enquadramento estava correto, pois as alterações legislativas se aplicariam a outras situações, que não essa, crescendo, ainda, que havia prejudicado do Tribunal de Contas a respeito do enquadramento realizado, prejudicado este que, apesar de antigo, não sofrera qualquer alteração com o passar dos anos.

Ao perceber a existência do impasse, o presidente da autarquia Alfa questionou seus assessores sobre a possibilidade de ser formulada consulta em tese, a ser respondida pelo Tribunal de Contas.

Os assessores responderam em uníssono que a consulta:

- (A) não pode ser formulada, pois somente o chefe do Poder Executivo pode formular consultas, não entidades da administração pública indireta;
- (B) pode ser formulada pelo presidente da autarquia Alfa, mas o reexame da decisão anterior do Tribunal de Contas exigirá o voto favorável de cinco conselheiros, computando-se o voto do presidente;
- (C) pode ser formulada, mas não será conhecida, pois existe prejudicado, o qual, à míngua de alteração posterior de entendimento, revela a posição do Tribunal de Contas a respeito da matéria;
- (D) pode ser formulada, desde que o chefe do Poder Executivo anua em submetê-la ao Tribunal de Contas, que poderá rever livremente o prejudicado, considerando a ausência de efeito vinculante para o próprio órgão;
- (E) pode ser formulada por qualquer interessado, mas a existência de prejudicado pressupõe que não haja rejeição ao reexame da matéria pelo voto de dois terços dos conselheiros, excluindo-se o voto do presidente.

25

XX, servidor ocupante de cargo de provimento efetivo no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, teve conhecimento de que muito provavelmente iria responder a processo ético no âmbito da Comissão de Ética, em razão de condutas que se tornaram conhecidas e que eram nitidamente atentatórias ao Código de Ética.

Nesse caso, à luz da sistemática vigente, é correto afirmar que a Comissão de Ética deve:

- (A) emitir parecer ético ao fim do processo e encaminhá-lo ao corregedor-geral, sendo que a infração ética poderá acarretar recomendação pessoal ou orientação geral;
- (B) emitir parecer ético ao fim do processo e encaminhá-lo ao Tribunal Pleno, sendo que a infração ética poderá acarretar admoestação verbal ou recomendação orientativa;
- (C) concluir pela configuração, ou não, de infração ética, e, caso esta última esteja caracterizada, pode exarar recomendação orientativa, com recurso ao corregedor-geral;
- (D) concluir pela configuração, ou não, de infração ética, e, caso esta última esteja caracterizada, pode proferir admoestação verbal em caráter reservado;
- (E) emitir parecer ético ao fim da apuração, que somente irá subsidiar a elaboração de eventual portaria de instauração de processo administrativo disciplinar.

Análise de Dados

26

Como analista de dados, Joaquim quer comparar os dados de vendas dos produtos de bandeiras e torcidas da sua empresa com os resultados da Copa do Mundo ao longo dos anos. Para isso, Joaquim precisa dos dados dos vencedores das Copas que estão disponíveis em https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_finais_da_Copa_do_Mundo_FIFA.

No Power BI, para obter os dados disponíveis na URL https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_finais_da_Copa_do_Mundo_FIFA, Joaquim deve selecionar a fonte de dados do tipo:

- (A) CSV;
- (B) Web;
- (C) Excel;
- (D) Arquivo;
- (E) Banco de Dados.

27

Observe a seguinte planilha Excel criada por João, utilizando fórmula e formatação condicional para destacar o vencedor de cada jogo.

	A	B	C	D	E
1					
2		Jogo		Placar	Vencedor
3		Brasil	Argentina	3x1	Brasil
4		Argentina	Espanha	2x3	Espanha
5		Brasil	Alemanha	2x1	Brasil
6		Alemanha	Argentina	3x2	Alemanha
7					

A fórmula da célula E3 e o tipo de formatação condicional das células B3 e C3 utilizadas por João são, respectivamente:

- (A) `ESQUERDA(D3;1)> DIREITA(D3;1)`
Conjuntos de ícones
- (B) `=SE(ESQUERDA(D3;1)> DIREITA(D3;1);B3;C3)`
Regras de primeiros/últimos
- (C) `=VALOR(ESQUERDA(D3;0))>VALOR(DIREITA(D3;0));B3;C3)`
Barras de Dados
- (D) `=VALOR(ESQUERDA(D3;1))>VALOR(DIREITA(D3;1))`
Escalas de Cor
- (E) `=SE(VALOR(ESQUERDA(D3;1))>VALOR(DIREITA(D3;1));B3;C3)`
Realçar regras da célula

28

Suponha que observamos a seguinte amostra de quantidade de anos de estudo de adultos:

7, 13, 9, 10, 6, 4, 13, 9, 10, 9.

A diferença entre a média e a moda dessa amostra é:

- (A) -2;
- (B) -1;
- (C) 0;
- (D) 1;
- (E) 2.

29

A seguinte amostra de acidentes de trânsito em um mês foi observada:

9, 15, 15, 11, 13, 16, 15, 13, 16, 18, 9.

Nesse caso, é correto afirmar, a respeito das principais medidas de tendência central desse conjunto, que:

- (A) a média é igual a 15;
- (B) o valor da média é menor do que o da mediana;
- (C) o valor da mediana é duas unidades maior do que o da média;
- (D) se uma nova medida, igual a 20, for incorporada à amostra, a diferença entre média e mediana deve aumentar;
- (E) se uma nova medida, igual a 20, for incorporada à amostra, os valores da média e da mediana permanecerão iguais.

30

Uma maneira de detectar valores aberrantes (*outliers*) é considerar observações que estejam a uma distância de $1,5 \cdot \text{IQR}$ do primeiro (Q1) ou terceiro (Q3) quartis, onde IQR é o intervalo interquartil da amostra.

Considere a seguinte amostra de quantidade de cachorros-quentes vendidos durante dez dias:

11, 11, 12, 13, 9, 12, 9, 10, 11, 13.

Suponha que numa data posterior tenham sido vendidos cinco cachorros-quentes.

É correto afirmar que este é:

- (A) um valor aberrante, já que o intervalo interquartil é 1,5;
- (B) um valor aberrante, já que o intervalo interquartil é 1,75;
- (C) um valor não aberrante, já que o intervalo interquartil é 1,75;
- (D) um valor não aberrante, já que o intervalo interquartil é 1,5;
- (E) um valor aberrante, já que o intervalo interquartil é 3.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Administração Financeira e Orçamentária

31

O Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) consolida regras relativas ao controle e registro de transações intraorçamentárias e orienta que, para os repasses financeiros em duodécimos aos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário dos recursos correspondentes às dotações orçamentárias desses órgãos:

- (A) deve-se adotar os dígitos 7 e 8 para identificar a categoria econômica dos recursos repassados;
- (B) deve-se associar um termo de convênio ou instrumento congênere no respectivo exercício;
- (C) é facultado o detalhamento na programação financeira e cronograma de desembolso;
- (D) é necessário alterar a unidade orçamentária (classificação institucional) detentora do crédito orçamentário;
- (E) não deve ocorrer o registro de receita e despesa intraorçamentárias.

32

No processo de planejamento da ação pública, os entes precisam definir seus objetivos e metas para um determinado período. Um servidor recém-empossado, que foi designado para a instância de planejamento de um ente público, estava em dúvida sobre onde os objetivos e metas da administração do ente para as despesas relativas aos programas de duração continuada deveriam constar.

Um servidor mais experiente o orientou que deveriam ser inicialmente apresentados no(a):

- (A) plano plurianual;
- (B) anexo de metas fiscais;
- (C) lei orçamentária anual;
- (D) lei de diretrizes orçamentárias;
- (E) relatório da execução orçamentária.

33

A classificação da receita orçamentária, a exemplo do que ocorre na despesa, é de utilização obrigatória por todos os entes da Federação.

Uma das classificações exigidas é por fonte/destinação de recursos, sobre a qual é correto considerar que:

- (A) contempla codificação relativa aos desdobramentos para identificação de peculiaridades da receita;
- (B) é obrigatória na apresentação dos programas no plano plurianual;
- (C) identifica a procedência das receitas no momento em que ingressam nos cofres públicos;
- (D) permite identificar destinação vinculada e não vinculada (ou livre);
- (E) segrega o recurso arrecadado em receita principal ou de acréscimos legais.

34

No dia 05 de setembro de um dado exercício financeiro, a partir de prévia autorização na LOA, o chefe do Poder Executivo de um ente público solicitou a abertura de créditos adicionais suplementares para cobrir despesas de manutenção urbana classificadas na função 15 - Urbanismo, no montante de R\$ 9 milhões. Como fonte de recursos foi indicada a anulação de dotações no mesmo montante, sendo R\$ 5 milhões de programações na mesma classificação funcional do crédito pretendido e o restante era destinado a programações na função 16 - Habitação.

À luz das disposições legais sobre a abertura de créditos adicionais, deve-se considerar que:

- (A) este procedimento não pode ser realizado no último quadrimestre do exercício;
- (B) o ato deve ser questionado pelo tribunal de contas pela ausência de audiência pública prévia;
- (C) o crédito adicional aberto deve priorizar como fonte de recursos aqueles alocados na reserva de contingência;
- (D) o crédito adicional aberto não pode ser reaberto no exercício seguinte, caso reste saldo a empenhar;
- (E) o ente não pode promover a anulação de dotação em função de despesa diversa da do crédito adicional pretendido.

35

O processo orçamentário brasileiro se configura a partir de disposições constitucionais e legais, aplicáveis a todas as esferas de governo.

No âmbito do orçamento federal, uma das funções definidas na Constituição da República de 1988 para a comissão mista permanente é:

- (A) aprovar regras para apresentação de emendas de natureza impositiva;
- (B) compatibilizar as emendas apresentadas com as disposições do PPA em vigor;
- (C) definir critérios para execução de despesas decorrentes de emendas do relator;
- (D) emitir parecer sobre as emendas apresentadas ao projeto de lei do orçamento;
- (E) indicar as fontes de recursos para cobertura das emendas apresentadas.

36

O gestor máximo de um ente assumiu o compromisso de ser mais transparente na evidenciação dos gastos públicos. Uma das iniciativas foi instalar outdoors na cidade com gráficos e informações simplificadas sobre a execução do orçamento. Um ponto destacado pelo gestor foi que o cidadão deve ser informado sobre o que se pretende alcançar com a implementação de uma política pública.

Nesse contexto, as informações mais apropriadas para que a assessoria de comunicação prepare o material informativo podem ser obtidas a partir da classificação da despesa por:

- (A) função;
- (B) programas;
- (C) identificador de uso;
- (D) modalidade de aplicação;
- (E) grupo de natureza de despesa.

Auditoria Governamental

37

Uma perspectiva importante e em crescimento no âmbito das atividades realizadas pelos tribunais de contas refere-se à avaliação de políticas públicas. Uma das referências para esse tipo de trabalho é dada pela NBASP 9020 - Avaliação de Políticas Públicas, a qual orienta que uma entidade envolvida na avaliação de políticas públicas pode dispor de um painel amplo de instrumentos para realizar avaliações.

Indicadores quantitativos ou qualitativos dos efeitos de uma política pública constituem um instrumento comum nesse tipo de trabalho, e sobre os quais considera-se que:

- (A) devem ser inicialmente baseados na opinião do público-alvo da política pública;
- (B) não apresentam eficácia quando aplicados em estudos de corte comparativos;
- (C) não devem ser usados isoladamente para avaliar a efetividade de uma política pública;
- (D) não podem ser propostos pelos atores responsáveis pela formulação da política pública;
- (E) devem derivar principalmente de padrões de referência previamente definidos a partir de outros contextos.

38

Nos trabalhos de fiscalização realizados no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, o acompanhamento, regido pela Nota Técnica SEGEX nº 002/2022, é um instrumento relevante.

Um acompanhamento deverá ser realizado por meio de autuação de processo de fiscalização do tipo Relatório de Acompanhamento (Racom), quando:

- (A) ocorrer falha ou irregularidade na gestão;
- (B) houver omissão de informações que deveriam ser prestadas pelo gestor;
- (C) for detectada divergência entre as informações prestadas e as obtidas de outras fontes;
- (D) exigir trabalhos de campo ou a complexidade da matéria demandar a designação de equipe de fiscalização;
- (E) for iminente a efetivação de ato de gestão de significativo risco, que justifique avaliação mais detalhada.

39

Após o recebimento de uma série de recomendações e notificações do tribunal de contas sobre a aplicação de recursos de transferências vinculados à área de educação, uma entidade do setor público decidiu realizar uma auditoria com o objetivo de avaliar se ações realizadas na área ao longo do último exercício financeiro observaram os regulamentos aplicáveis aos recursos transferidos para esta área.

À luz desse objetivo e dos Princípios Fundamentais de Auditoria do Setor Público, o auditor deverá planejar o trabalho com base nas normas para realização de auditoria:

- (A) de gestão;
- (B) financeira;
- (C) operacional;
- (D) de desempenho;
- (E) de conformidade.

40

Ao planejar a realização de um trabalho de auditoria operacional, o auditor deve escolher uma abordagem de auditoria orientada a resultado, problema ou sistema, ou uma combinação destas.

Na situação hipotética em que o objeto da auditoria esteja relacionado a identificação e análise das causas de um problema específico na área de contratos, a abordagem orientada a problema:

- (A) avalia se os objetivos em termos de impactos ou produtos foram atingidos como planejado;
- (B) deve ter suas conclusões baseadas na comparação das evidências com os critérios de auditoria;
- (C) dispensa a necessidade de um consenso claro sobre o problema;
- (D) pode ser adotada, mesmo que não haja uma definição clara dos impactos ou produtos desejados;
- (E) usa os princípios elementares de boa gestão para examinar as condições de eficiência ou efetividade.

41

Uma equipe de auditores estava planejando um trabalho de auditoria em uma fundação pública, mantida com recursos do orçamento de um ente estadual. Sabendo que a recomendação da NBASP 100 é que devem planejar seu trabalho para assegurar que a auditoria seja conduzida de maneira eficiente e eficaz, analise os itens a seguir.

- I. Ao definir o escopo do trabalho, os auditores devem focar na natureza e extensão dos procedimentos.
- II. O planejamento de auditoria deve ser flexível e adaptável a mudanças significativas nas circunstâncias e condições.
- III. O planejamento de uma auditoria específica envolve tanto aspectos estratégicos quanto operacionais.

O(s) item(ns) que está(ão) de acordo com os Princípios Fundamentais de Auditoria do Setor Público é(são):

- (A) somente I;
- (B) somente III;
- (C) somente I e II;
- (D) somente II e III;
- (E) I, II e III.

42

As normas de auditoria orientam que o auditor deve realizar procedimentos eficazes em consonância com o plano de auditoria para obter evidência de auditoria e cumprir os objetivos do trabalho.

No contexto de uma auditoria de conformidade, o auditor indicou no planejamento a necessidade de realização de testes substantivos, os quais:

- (A) constituem uma técnica imprescindível em trabalhos que envolvem análise de riscos;
- (B) fornecem evidência de auditoria suficiente acerca do desempenho dos procedimentos de controle;
- (C) não devem ser combinados com outras técnicas de auditoria em trabalhos de conformidade;
- (D) não são eficazes em trabalhos que exigem um nível de asseguuração razoável;
- (E) sempre devem ser incluídos como uma técnica de auditoria em trabalhos de certificação.

Controle Externo

43

Joana, João e Maria travaram intenso debate a respeito da funcionalidade e dos limites da independência dos Tribunais de Contas, conforme apreçados pela NBASP 10. De acordo com Joana, esses Tribunais devem exercer suas competências constitucionais com independência e promover a execução de sanções administrativas decorrentes de suas decisões. João, por sua vez, ressaltava que esses Tribunais não podem ter o exercício de suas competências restringido por nenhuma espécie de sigilo, independentemente da natureza das operações examinadas. Por fim, Maria afirmou que esses Tribunais devem ter sempre liberdade para decidir sobre o momento oportuno de divulgação e publicação de seus relatórios de auditoria, havendo uma contradição axiológica na previsão de exigências específicas pela lei.

À luz dos balizamentos estabelecidos pela NBASP 10, é correto afirmar que:

- (A) Joana, João e Maria estão certos;
- (B) Joana está errada, e João e Maria estão certos;
- (C) Joana e João estão certos, e Maria está errada;
- (D) Joana está certa, e João e Maria estão errados;
- (E) Joana e João estão errados, e Maria está certa.

44

Inês, estudiosa dos princípios gerais afetos às auditorias a serem realizadas pelos Tribunais de Contas, foi consultada por Ana a respeito dos limites dessa atividade na perspectiva dos entes privados subsidiados com recursos públicos.

Com base na sistemática estabelecida pela NBASP 1, Inês respondeu, corretamente, que recursos dessa natureza:

- (A) podem ser objeto de auditoria, a qual, em se tratando de subsídio particularmente elevado, pode ser estendida, se necessário, a toda e qualquer gestão financeira da instituição subsidiada;
- (B) somente serão objeto de auditoria caso a lei ordinária, ou o respectivo instrumento contratual, preveja expressamente a possibilidade de as atividades do ente privado serem auditadas;
- (C) devem ser objeto, primordialmente, de auditoria realizada pelo ente público responsável pela transferência, sendo o respectivo relatório passível de ser auditado pelo Tribunal de Contas;
- (D) podem ser objeto de auditoria, que permanecerá adstrita aos subsídios transferidos ao ente privado, não se estendendo a outros aspectos de sua governança interna;
- (E) devem ser objeto de auditoria integrada, que permanecerá adstrita aos reflexos da aplicação dos subsídios concedidos com recursos públicos.

45

No âmbito do Município X, foi elaborado edital de licitação, devidamente avalizado pelo advogado-geral do Município X, para a contratação de obra pública no âmbito desse ente federativo, submetido à jurisdição do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo. A licitação foi realizada e a comissão julgadora competente reconheceu que a sociedade empresária Y foi a vencedora.

À luz da Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, é correto afirmar que estão submetidos à sua jurisdição:

- (A) os agentes públicos que participaram diretamente da adjudicação do objeto à sociedade empresária Y, bem como esta última;
- (B) os responsáveis pela elaboração do edital de licitação e os participantes da comissão julgadora competente, não o advogado-geral do Município X;
- (C) os responsáveis pela elaboração do edital de licitação, os participantes da comissão julgadora competente e o advogado-geral do Município X, bem como os seus sucessores, até o limite do valor do benefício obtido;
- (D) os participantes da comissão julgadora competente, não os responsáveis pela elaboração do edital de licitação, e o advogado-geral do Município X, bem como os seus sucessores, até o limite do valor do patrimônio transferido;
- (E) os responsáveis pela elaboração do termo de referência e do edital de licitação, os participantes da comissão julgadora competente e o advogado-geral do Município X, bem como os seus sucessores, até o limite do valor do patrimônio transferido.

46

O Tribunal de Contas do Estado Alfa realizou auditoria no âmbito de determinada Secretaria do Município Beta. Ao fim dos trabalhos, a partir de observações formuladas pelos servidores que participaram da atividade, foram encontrados alguns achados de auditoria. Preocupado com a situação, o secretário municipal consultou sua assessoria a respeito da possibilidade, ou não, de se oferecer algum contraponto argumentativo em relação ao relatório que seria elaborado.

A assessoria respondeu, corretamente, à luz da NBASP 12, que o relatório:

- (A) preliminar ou definitivo é emanção da independência do Tribunal de Contas, não sendo suscetível de contrapontos argumentativos enquanto não instaurado o processo específico destinado a apurar responsabilidades pelos achados detectados;
- (B) preliminar somente deve ser tornado público após se assegurar ao auditado a oportunidade de examiná-lo, de modo que possa tomar conhecimento de achados, conclusões e propostas, salvo se, de modo fundamentado, for demonstrado que o exame prejudicará o objetivo da fiscalização;
- (C) preliminar, por ser elaborado no curso da auditoria, é necessariamente sigiloso, já que o exame pelo auditado pode prejudicar o objetivo da fiscalização, mas o acesso pode ser permitido, por decisão de conselheiro do Tribunal, caso seja demonstrada razão relevante;
- (D) preliminar é sigiloso, mas, tão logo seja apresentado o relatório definitivo, deve ser assegurada ao auditado a oportunidade de examiná-lo, de modo que possa tomar conhecimento de achados, conclusões e propostas;
- (E) preliminar ou definitivo é regido pelo princípio da publicidade, devendo ser divulgado de forma ampla desde a sua elaboração, momento em que será de conhecimento de qualquer interessado, inclusive do auditado.

47

O presidente do Tribunal de Contas do Estado Beta almejava instituir uma sistemática de avaliação do cumprimento, ou não, no âmbito do Tribunal, das normas brasileiras de auditoria do setor público. Por tal razão, consultou sua assessoria a respeito da possibilidade de se utilizar uma entidade externa independente para a realização de avaliação dessa natureza.

A assessoria respondeu, corretamente, com base na NBASP 20, que a referida utilização:

- (A) é possível, com o objetivo de avaliar suas operações, sendo admitida a utilização da revisão por pares;
- (B) não é possível, por se tratar de atividade típica de Estado, insuscetível de avaliação pelo *extraneus*;
- (C) é possível, e avaliações externas dessa natureza não podem ser publicizadas, considerando a natureza das informações obtidas;
- (D) é possível, mas apenas com a utilização de especialistas externos para a avaliação de suas operações, não propriamente em questões técnicas afetas à juridicidade;
- (E) não é possível, embora não haja óbice a que, em escopos delineados por profissional do Tribunal de Contas, responsável pelas auditorias, haja atividade de assessoria.

48

O prefeito do Município Beta determinou que parte da arrecadação desse ente federativo com tributos de sua competência deveria ser depositada em uma conta específica, de modo a facilitar o controle dos recursos a serem utilizados no custeio de obras públicas. A conta indicada era de titularidade do prefeito municipal.

A sociedade empresária Alfa, que há muitos anos celebrava contratos com o Município Beta, entendeu ser promíscua essa mistura entre o público e o privado, e teve receio de que os recursos públicos fossem desviados e os seus pagamentos futuros fossem frustrados.

Embora não houvesse nenhuma prova de desvio de recursos públicos, procurou o seu advogado e o questionou sobre o cabimento da ação popular para que fosse reconhecida a injuridicidade da conduta do prefeito.

O advogado respondeu, corretamente, que, na hipótese em tela, a ação popular:

- (A) não é cabível, considerando a inexistência de prejuízo aos cofres públicos, o que é requisito indispensável;
- (B) é cabível, em razão da afronta à moralidade administrativa, mas Alfa não tem legitimidade para ajuizá-la por não possuir direitos políticos;
- (C) é cabível, em razão da afronta à moralidade administrativa, e Alfa tem legitimidade para ajuizá-la em razão do seu manifesto interesse;
- (D) não é cabível, considerando a inexistência de afronta à moralidade administrativa e de prejuízo aos cofres públicos ou aos interesses diretos de Alfa;
- (E) é cabível, considerando o risco evidente de prejuízo aos cofres públicos, que é sempre presumido nos atos dissonantes da juridicidade, mas Alfa não tem legitimidade para ajuizá-la por não possuir direitos políticos.

CONHECIMENTOS ESPECIALIZADOS

49

Em tema de processo licitatório, em dezembro de 2022, o Estado Ômega pretende contratar, mediante dispensa de licitação, profissionais para compor a comissão de avaliação de critérios de técnica.

De acordo com a Lei nº 14.133/2021, a contratação na forma pretendida é:

- (A) possível, quando se tratar de profissional técnico de notória especialização;
- (B) possível, independentemente de se tratar de profissional técnico de notória especialização;
- (C) inviável, mas é cabível a inexigibilidade de licitação, quando se tratar de profissional técnico ou de notória especialização;
- (D) inviável, mas é cabível a inexigibilidade de licitação, independentemente de se tratar de profissional técnico de notória especialização;
- (E) inviável, em qualquer hipótese, devendo haver prévia e imprescindível licitação, em modalidade compatível com a natureza do serviço a ser contratado.

50

Maria é servidora pública estadual ocupante de cargo efetivo e cumpre jornada de trabalho de vinte horas por semana. Os vencimentos mensais atuais brutos da servidora consistem no valor total de mil reais. Tendo em vista que sua remuneração é inferior a um salário mínimo, e esse valor recebido é insuficiente para viver de forma digna com sua família, Maria, por meio da associação de servidores estaduais, apresentou ao Tribunal de Contas uma representação contra o Estado em matéria estipendial.

No caso em tela, deve ser observado que o Supremo Tribunal Federal tem entendimento no sentido de que:

- (A) não há que se falar em inconstitucionalidade do pagamento de vencimentos em montante inferior ao salário mínimo ao servidor que desempenha jornada semanal de vinte horas, pois o piso salarial de um salário mínimo se aplica a quaisquer trabalhadores com carga horária de quarenta horas por semana;
- (B) é defeso o pagamento de remuneração em valor inferior ao salário mínimo ao servidor público estatutário, mesmo que exerça jornada de trabalho reduzida, respeitado o limite mínimo de vinte horas por semana, em razão de seu regime jurídico único, mas tal piso salarial é inaplicável aos empregados públicos celetistas;
- (C) não há que se falar em inconstitucionalidade do pagamento de vencimentos em montante inferior ao salário mínimo ao servidor público que desempenha jornada semanal de vinte horas, pois o piso salarial de um salário mínimo se aplica a trabalhadores celetistas;
- (D) é possível o pagamento de vencimentos em montante inferior ao salário mínimo ao servidor público que desempenha jornada semanal de vinte horas, desde que observado o piso salarial consistente na metade do salário mínimo, tendo por parâmetro carga horária de quarenta horas por semana para recebimento do salário mínimo;
- (E) é defeso o pagamento de remuneração em valor inferior ao salário mínimo ao servidor público, mesmo que exerça jornada de trabalho reduzida, sob pena de violação a normas constitucionais e ao valor social do trabalho, ao princípio da dignidade da pessoa humana, ao mínimo existencial e ao postulado da vedação do retrocesso de direitos sociais.

51

Mário, servidor público do Estado Alfa, no exercício de suas funções, praticou dolosamente ato de improbidade administrativa. O ato ilícito foi noticiado ao Ministério Público estadual e ao órgão competente para instauração de processo administrativo disciplinar (PAD) do Estado Alfa, para as medidas cabíveis.

O Ministério Público ajuizou ação de improbidade administrativa em face de Mário, que atualmente está em fase de citação. No entanto, a Administração Pública estadual já concluiu o PAD, que reuniu provas robustas e inquestionáveis de autoria e materialidade de falta funcional praticada por Mário consistente em ato tipificado como de improbidade, sendo certo que o estatuto dos servidores do Estado Alfa prevê a sanção disciplinar de demissão nesses casos.

No caso em tela, consoante entendimento do Superior Tribunal de Justiça, a autoridade administrativa competente para decisão final no PAD deve:

- (A) aguardar a sentença de primeiro grau de jurisdição, para decidir sobre a imposição de sanção disciplinar a Mário, que pode ser diversa da demissão;
- (B) sobrestar o andamento do PAD, para aguardar o trânsito em julgado do processo de improbidade, e eventual imposição de sanção disciplinar a Mário deve necessariamente ser a de demissão;
- (C) sobrestar o andamento do PAD, para aguardar o trânsito em julgado do processo de improbidade, e eventual imposição de sanção disciplinar a Mário pode ser diversa da demissão, observado o princípio da proporcionalidade;
- (D) aplicar a Mário a pena de demissão em razão da prática de improbidade administrativa, não dispondo de discricionariedade para aplicar pena diversa, independentemente de prévia condenação, pela autoridade judicial na ação de improbidade, à perda da função pública;
- (E) aplicar a Mário a pena disciplinar em razão da prática de improbidade administrativa, independentemente de prévia condenação, por autoridade judicial na ação de improbidade, à perda da função pública, e a autoridade administrativa possui discricionariedade para aplicar pena diversa da demissão, observado o princípio da proporcionalidade.

52

O imóvel do Tribunal de Contas do Estado Beta, onde está instalada sua sede, de acordo com a doutrina de Direito Administrativo, em matéria de classificação de bens públicos quanto à sua destinação, é considerado bem:

- (A) de uso comum do povo;
- (B) de uso especial;
- (C) dominical;
- (D) desafetado;
- (E) desconsagrado.

53

A chamada Lei Anticorrupção dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira.

Nesse contexto, de acordo com a Lei nº 12.846/2013:

- (A) as pessoas jurídicas serão responsabilizadas subjetivamente, nos âmbitos administrativo e civil, pelos atos lesivos previstos nessa lei praticados em seu interesse ou benefício, exclusivo ou não;
- (B) a responsabilização da pessoa jurídica exclui a responsabilidade individual de seus dirigentes ou administradores ou de qualquer pessoa natural, autora, coautora ou partícipe do ato ilícito, desde que promovido o integral ressarcimento ao erário e paga multa equivalente ao valor do dano ao erário, por meio de acordo de leniência;
- (C) as sociedades controladoras, controladas, coligadas ou, no âmbito do respectivo contrato, as consorciadas serão solidariamente responsáveis pela prática dos atos previstos nessa lei, restringindo-se tal responsabilidade à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado;
- (D) cessa a responsabilidade da pessoa jurídica na hipótese de alteração contratual, transformação, incorporação, fusão ou cisão societária, mas deve ser promovida a desconsideração da personalidade jurídica, de maneira a se responsabilizar os sócios que praticaram os atos ilícitos;
- (E) nas hipóteses de fusão e incorporação, em regra, a responsabilidade da sucessora não se restringirá à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado, até o limite do patrimônio transferido, lhe sendo aplicáveis as demais sanções previstas nessa lei decorrentes de atos e fatos ocorridos antes da data da fusão ou incorporação.

54

Está em curso no Tribunal de Contas do Estado Alfa determinada auditoria relacionada à matéria de política pública no âmbito do direito à saúde da pessoa com deficiência. A equipe de auditores de Controle Externo responsável pelo caso vem se debruçando sobre o Estatuto da Pessoa com Deficiência, que estabelece que é assegurada atenção integral à saúde da pessoa com deficiência em todos os níveis de complexidade, por intermédio do Sistema Único de Saúde (SUS), garantido o acesso universal e igualitário. Com base na Lei nº 13.146/2015, as ações e os serviços de saúde pública destinados à pessoa com deficiência devem assegurar algumas medidas.

NÃO representa uma dessas medidas:

- (A) campanhas de vacinação;
- (B) atendimento psicológico, exceto para seus familiares e atendentes pessoais;
- (C) respeito à especificidade, à identidade de gênero e à orientação sexual da pessoa com deficiência;
- (D) atenção sexual e reprodutiva, incluindo o direito à fertilização assistida;
- (E) informação adequada e acessível à pessoa com deficiência e a seus familiares sobre sua condição de saúde.

55

A Lei nº 14.230/2021 introduziu importantes alterações na Lei de Improbidade Administrativa, inclusive no que tange à legitimidade para propositura das ações de improbidade, inovação essa que teve sua constitucionalidade analisada pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Nesse contexto, a atual redação da Lei nº 8.429/1992 prevê que pode ajuizar ação de improbidade administrativa o Ministério Público:

- (A) a pessoa jurídica interessada e o Tribunal de Contas, e esta ampliação dos legitimados ativos teve sua constitucionalidade declarada pelo STF, com base nos princípios da moralidade, da eficiência e democrático;
- (B) e a pessoa jurídica interessada, e o STF conferiu interpretação conforme à Constituição da República de 1988, de maneira a estender a legitimidade ativa para os Tribunais de Contas, para maior efetividade do sistema de controle externo;
- (C) e a pessoa jurídica interessada, e o STF declarou a inconstitucionalidade parcial, com redução de texto das normas que ampliaram a legitimidade ativa, de maneira a excluir a pessoa jurídica interessada, para evitar o *bis in idem* em matéria de direito sancionador;
- (D) e o STF declarou a constitucionalidade das normas que suprimiram a legitimidade das pessoas jurídicas interessadas, em respeito ao princípio da separação dos poderes, pois se trata de opção legítima do legislador, que não impede que o ente prejudicado ajuíze ação de ressarcimento ao erário;
- (E) e o STF declarou a inconstitucionalidade parcial, sem redução de texto das normas que suprimiram a legitimidade das pessoas jurídicas interessadas, de modo a restabelecer a existência de legitimidade ativa concorrente e disjuntiva entre o Ministério Público e essas pessoas jurídicas.

56

Um grupo de parlamentares apresentou projeto de lei dispendo sobre a criação de cargos de procurador do Ministério Público de Contas que atua junto ao Tribunal de Contas do referido Estado. O projeto foi aprovado pela Assembleia Legislativa, sancionado pelo governador do Estado e resultou na Lei estadual nº XX. Após a publicação, o Partido Político Alfa anunciou que solicitaria a sua análise por um especialista, de modo a verificar a sua compatibilidade com a ordem constitucional.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que a Lei estadual nº XX é formalmente:

- (A) inconstitucional, considerando o vício de iniciativa, já que o projeto de lei somente poderia ter sido apresentado pelo procurador-geral do Ministério Público de Contas;
- (B) constitucional, pois o Tribunal de Contas, enquanto órgão auxiliar do Poder Legislativo, tem a sua estrutura estabelecida a partir de lei de iniciativa parlamentar;
- (C) constitucional, considerando que, apesar do vício de iniciativa, o projeto foi devidamente sancionado pelo chefe do Poder Executivo, convalidando-o;
- (D) inconstitucional, considerando o vício de iniciativa, já que o projeto de lei somente poderia ter sido apresentado pelo chefe do Poder Executivo;
- (E) inconstitucional, considerando o vício de iniciativa, já que o projeto de lei somente poderia ter sido apresentado pelo Tribunal de Contas.

57

O governador do Estado Alfa, com o objetivo de conter o processo de crescente endividamento dos servidores públicos estaduais, o que, a seu ver, assumira “contornos quase patológicos”, apresentou o Projeto de Lei nº XX, que deu origem à Lei estadual nº YY. De acordo com esse diploma normativo, ficava suspensa, por cento e oitenta dias, a cobrança, com desconto em folha, das consignações voluntárias contratadas por servidores públicos.

Irresignada com o teor desse diploma normativo, a associação das instituições de crédito solicitou que o seu advogado se manifestasse a respeito da constitucionalidade da Lei estadual nº YY, sendo-lhe corretamente respondido que esse diploma normativo é:

- (A) inconstitucional, mas apenas em relação aos débitos já constituídos, o que decorre da afronta à segurança jurídica, não em relação aos débitos futuros, considerando a competência concorrente com a União;
- (B) constitucional, desde que a União tenha editado lei complementar, delegando a competência legislativa aos Estados;
- (C) inconstitucional, pois compete privativamente à União legislar sobre política de crédito, além de a Lei estadual nº YY afrontar a segurança jurídica;
- (D) constitucional, pois compete aos Estados suplementar a legislação da União em matéria de relações de consumo e de proteção ao crédito;
- (E) constitucional, pois compete privativamente aos Estados legislar sobre o regime jurídico dos seus servidores, o que inclui a definição dos valores passíveis de serem descontados, ou não, em folha de pagamento.

58

A sociedade empresária Alfa, com sede em determinado país da América do Norte e cujo controle acionário era mantido por nacional deste mesmo país, contratou os serviços de advogado para que fosse informada a possibilidade, ou não, de atuar na assistência à saúde no território brasileiro.

À luz da ordem constitucional, o advogado respondeu, corretamente, que a referida atuação:

- (A) está condicionada à existência de exceção prevista em lei, pois a regra geral é a impossibilidade de empresas ou capitais estrangeiros participarem dessa atividade;
- (B) consubstancia serviço público, o que significa dizer que a atuação de operadores privados está condicionada à outorga de permissão ou concessão;
- (C) é livre à iniciativa privada, o que permite que Alfa atue em igualdade de condições com as empresas brasileiras;
- (D) somente é possível para fins de recebimento de auxílio ou subvenção, de modo a ampliar a oferta do serviço;
- (E) é expressamente vedada, de forma direta ou indireta, às empresas ou aos capitais estrangeiros.

59

Um grupo de vereadores, que formava o bloco da minoria na Câmara Municipal de Alfa, ficou irrequieto com o processo legislativo que resultou na sanção, pelo prefeito municipal, da Lei nº XX. No entender dos vereadores, esse diploma normativo afrontava normas de natureza fundamental da Constituição da República de 1988, apesar dessas normas não terem sido reproduzidas na Constituição do Estado Beta, em cujo território o Município Alfa estava localizado. Embora desejassem que a Lei nº XX fosse submetida ao controle de constitucionalidade perante o Tribunal de Justiça do Estado Beta, tinham dúvidas sobre essa possibilidade, bem como em relação aos respectivos legitimados.

Considerando as dúvidas existentes, procuraram um advogado, que lhes informou, corretamente, que a Lei nº XX:

- (A) não pode ser submetida ao controle concentrado de constitucionalidade perante o Tribunal de Justiça de Beta, sendo que, em relação aos legitimados à deflagração dessa espécie de controle, devem ser observadas, por simetria, as regras da Constituição da República de 1988;
- (B) pode ser submetida ao controle concentrado de constitucionalidade perante o Tribunal de Justiça de Beta, sendo que, em relação aos legitimados à deflagração dessa espécie de controle, devem ser observadas, por simetria, as regras da Constituição da República de 1988;
- (C) não pode ser submetida ao controle concentrado de constitucionalidade perante o Tribunal de Justiça de Beta, sendo que, em relação aos legitimados à deflagração dessa espécie de controle, devem ser definidos na Constituição Estadual;
- (D) pode ser submetida ao controle concentrado de constitucionalidade perante o Tribunal de Justiça de Beta, sendo que, em relação aos legitimados à deflagração dessa espécie de controle, devem ser definidos na Constituição Estadual;
- (E) somente terá sua inconstitucionalidade examinada pelo Tribunal de Justiça de Beta por meio do incidente de arguição de inconstitucionalidade, o que ocorrerá em sede de controle difuso de constitucionalidade.

60

O Partido Político Beta, com representação em uma das Casas do Congresso Nacional, foi procurado pela associação dos servidores públicos do Município Alfa para que deflagrasse o controle concentrado de constitucionalidade, de modo que fosse reconhecida a inconstitucionalidade da Lei municipal nº XX/2009. De acordo com esse diploma normativo, o regime jurídico dos servidores públicos municipais seria o regime de emprego público, regido pela Consolidação das Leis do Trabalho.

O advogado do Partido Político Beta, ao ser consultado, respondeu, corretamente, que a Lei municipal nº XX é:

- (A) compatível com a ordem constitucional apenas em relação aos servidores que não desempenhem atividades típicas do poder público ou prestem serviços públicos;
- (B) compatível com a ordem constitucional apenas em relação aos entes da Administração Pública indireta que explorem atividade econômica em sentido estrito;
- (C) compatível com a ordem constitucional, pois o referido regime pode ser adotado tanto para a Administração Pública direta como para a indireta, incluindo as autarquias;
- (D) incompatível com a ordem constitucional, pois os entes federativos devem instituir um regime jurídico próprio, ainda que parcialmente coincidente com o regime celetista;
- (E) incompatível com a ordem constitucional, pois o regime de emprego público impediria o exercício dos poderes estatais pelo respectivo servidor, que careceria das garantias necessárias.

61

Em iniciativa muito comemorada por diversos operadores do mercado, foi promulgado na ordem interna, após a aprovação do Congresso Nacional, tratado internacional no qual a República Federativa do Brasil, com base no compromisso de reciprocidade, assegurou às sociedades empresárias situadas no País Alfa a total desoneração dos impostos sobre a produção e a circulação em relação aos bens, produtos e serviços que direcionassem ao território brasileiro. Apesar dos aspectos positivos, a medida gerou grande insatisfação de Estados e Municípios que teriam a sua arrecadação reduzida.

À luz da ordem constitucional, é correto afirmar que o referido tratado internacional:

- (A) resultou da atuação da União, ente da Federação legitimado à manutenção de relações internacionais, o que significa dizer que está em harmonia com a Constituição da República de 1988 e deve ser observado pelos demais entes federativos;
- (B) somente deve ser considerado constitucional caso tenha sido aprovado, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, pelo voto de três quintos dos respectivos membros;
- (C) embora seja constitucional, tem a sua aplicação condicionada à ratificação pela lei complementar que veicula normas gerais para os tributos estaduais e municipais;
- (D) consubstancia modalidade de isenção heterônoma, concedida pela União em detrimento dos demais entes federativos, sendo inconstitucional;
- (E) tem sua eficácia condicionada à encampação do respectivo conteúdo por cada ente federativo que detenha a competência tributária.

62

Wangô, idoso de pouca instrução, celebra contrato de franquia com Edvardo, pelo qual deveria pagar, mensalmente, a título de contraprestação, 10% da receita bruta havida com a exploração do negócio.

Sucedo que, diante da crise econômica, os resultados da franquia começam a piorar muito, e Wangô pede para rescindir o contrato.

Edvardo, então, propõe que Wangô pague uma multa rescisória de R\$ 50.000,00, não prevista no instrumento original que sequer considerava a hipótese de resolução antecipada, além de quitar as parcelas de contraprestação em aberto. Adverte que, se Wangô não aceitar esses termos, terá que continuar tocando a franquia e poderá sofrer a negativação de seu nome ou até a execução judicial do saldo devedor.

Wangô, contrariado, adere à proposta, até porque precisava recuperar o capital investido para, secretamente, financiar o tratamento de uma filha havida fora do casamento.

Nesse caso, o distrato foi:

- (A) plenamente válido e eficaz;
- (B) anulável por estado de perigo, diante da necessidade de salvar sua filha;
- (C) ineficaz na parte em que cria novas obrigações pecuniárias não previstas no contrato original;
- (D) anulável por coação, haja vista as ameaças feitas por Edvardo, no sentido de prender Wangô a um negócio prejudicial e de executá-lo judicialmente;
- (E) anulável por lesão, considerada a inexperiência de Wangô e a premente necessidade de sair de um negócio ruinoso, para conservar seu patrimônio.

63

Para remunerar Marcel por serviços prestados, Pablo combina de entregar-lhe, em 20 de maio de 2022, duas toneladas de grãos de café ou duas toneladas de soja. A escolha seria feita pelo devedor um mês antes do prazo final, à luz da cotação internacional.

Em 20 de abril de 2022, prevaleceu a entrega da soja, cujo preço estava menor.

Todavia, em 19 de maio de 2022, um incêndio incontrolável e imprevisível toma conta do estoque de soja, de modo que Pablo tem disponíveis apenas os grãos de café para honrar sua obrigação.

Nesse caso, se Marcel se negar a receber os grãos de café, Pablo poderá:

- (A) consigná-los em instituição bancária com sede no local do pagamento, diante da mora do credor em receber a obrigação alternativa pactuada;
- (B) consigná-los em instituição bancária com sede no local do pagamento, diante da mora do credor em receber a obrigação facultativa pactuada;
- (C) indenizar o credor pelo equivalente pecuniário da prestação, sem que esteja obrigado à compensação das perdas e danos advindas do negócio;
- (D) dá-los em pagamento ao credor, abatendo-se o valor excedente que decorre da maior valorização dos grãos de café no mercado internacional;
- (E) dá-los em pagamento ao credor, sem qualquer abatimento haja vista que a prestação já definida se tornou impossível sem culpa de Marcel.

64

A empresa X é fiadora da empresa Y em contrato firmado com a sociedade W.

Surge, então, a necessidade de a empresa X transferir suas obrigações, direitos, deveres, faculdades, poderes, ônus e sujeições decorrentes da fiança, os quais a sociedade Z pretende assumir, com a concordância da sociedade W. A empresa Y, no entanto, não anui à substituição.

Nesse caso, à luz exclusivamente do Direito Civil, para viabilizar a pretensão, é possível celebrar:

- (A) cessão de crédito;
- (B) assunção de dívida por expromissão;
- (C) assunção de dívida por delegação;
- (D) cessão da posição contratual;
- (E) aval total.

65

A promotora de eventos X contrata diretamente a cantora Macabeya Estrela, consagrada pela opinião pública e em primeiro lugar nas paradas de sucesso.

Uma semana antes do dia aprazado para o concerto, a sociedade Y, sabendo que não havia qualquer disposição disciplinando eventual inadimplemento nesse contrato, avisa à promotora de eventos X que a artista não comparecerá, porque fechou com ela negócio mais vantajoso para a mesma data.

Nesse caso, a teor das disposições do Código Civil e da jurisprudência das Cortes Superiores, é correto afirmar que a promotora de eventos X:

- (A) deverá ser indenizada pelas perdas e danos exclusivamente em face de Macabeya Estrela;
- (B) deverá ser indenizada pelas perdas e danos em face de Macabeya Estrela e da sociedade Y;
- (C) deverá determinar que o concerto seja realizado por outro artista com igual popularidade, às expensas de Macabeya Estrela, o que eliminaria a possibilidade de indenização suplementar;
- (D) deverá determinar que o concerto seja realizado por terceiro, sem prejuízo de ser indenizada por eventuais perdas e danos porventura subsistentes em face de Macabeya Estrela e da sociedade Y;
- (E) na falta de qualquer disposição acerca de inadimplemento, nada poderá fazer, a não ser regredir contra a cantora caso seja demandada pelos consumidores frustrados pelo cancelamento.

66

Celanda é dona de um casarão antigo, em que um dos salões foi construído com vitrais belíssimos e valiosos. Em fevereiro de 2023, ela resolve desmontar temporariamente esse cômodo para enviar os vitrais à restauração. Aproveitando a ausência momentânea daqueles materiais, instala um moderno sistema de segurança na casa, a fim de proteger as obras restauradas em seu entorno.

Supondo que Celanda aliene todo o seu patrimônio imobiliário, o negócio jurídico irá contemplar:

- (A) a casa, abrangendo os vitrais, que também são considerados bens imóveis, mas não os equipamentos de segurança, bens móveis que não seguem a sorte do bem principal em que estão instalados;
- (B) a casa, sem abranger os vitrais, bens móveis por antecipação, nem os equipamentos de segurança, móveis que não seguem a sorte do bem principal;
- (C) a casa, abrangendo os vitrais, que também são considerados bens imóveis, e os equipamentos de segurança, bens móveis que, dedicados ao uso duradouro, incorporam-se ao bem principal e seguem a sua sorte;
- (D) a casa, abrangendo os equipamentos de segurança, bens móveis que, dedicados ao uso duradouro, incorporam-se ao principal e seguem a sua sorte, mas não os vitrais, considerados bens móveis por antecipação;
- (E) a casa, abrangendo os equipamentos de segurança e os vitrais, ambos considerados benfeitorias, ainda que temporariamente separados do imóvel.

67

No julgamento de uma ação civil pública, o juiz considerou insuficiente o conjunto probatório produzido pela parte autora e julgou improcedente o pedido. Irresignado com o conteúdo da sentença, apenas o réu recorreu e sustentou que a improcedência deveria se pautar na inexistência do direito afirmado na petição inicial, e não pela questão probatória.

Nesse sentido, é correto afirmar que:

- (A) há interesse recursal do réu em impugnar o fundamento da decisão;
- (B) não há interesse recursal do réu, uma vez que o pedido foi julgado improcedente;
- (C) o recurso não deve ser admitido, uma vez que inexistente a legitimidade recursal;
- (D) o recurso não deve ser admitido, uma vez que o interesse recursal só surgiria se houvesse também recurso do autor;
- (E) há interesse recursal do réu, uma vez que se trata de questão prejudicial incidental.

68

Determinado gestor ajuizou ação, pelo procedimento comum, para obter a invalidação de sanção que lhe havia sido aplicada pelo Tribunal de Contas do Estado.

A petição inicial da demanda foi distribuída ao Juízo X, com competência fazendária, no dia 05 de setembro de 2022, tendo o juiz, em 14 de setembro, determinado a citação do réu, a qual ocorreu, de forma válida, em 04 de outubro.

Por sua vez, a Corte de Contas intentou demanda para cobrar o valor da multa que havia imposto ao gestor, tendo a sua petição inicial sido distribuída no dia 08 de setembro de 2022 ao Juízo Y, também dotado de competência em matéria fazendária.

Apreciando a peça exordial, o Juízo Y, no dia 12 de setembro, determinou a citação do demandado, efetivando-se validamente o ato citatório em 28 de setembro.

Nesse cenário, é correto afirmar que:

- (A) ambos os feitos devem ser reunidos em razão do vínculo da conexão, estando prevento para processá-los e julgá-los o Juízo X;
- (B) ambos os feitos devem ser reunidos em razão do vínculo da continência, estando prevento para processá-los e julgá-los o Juízo X;
- (C) ambos os feitos devem ser reunidos em razão do vínculo da conexão, estando prevento para processá-los e julgá-los o Juízo Y;
- (D) ambos os feitos devem ser reunidos em razão do vínculo da continência, estando prevento para processá-los e julgá-los o Juízo Y;
- (E) não há causa que dê azo à reunião dos feitos, devendo cada um tramitar perante o juízo ao qual a respectiva petição inicial foi distribuída.

69

Apreciando o ato concessório de aposentadoria de determinado servidor público municipal, o Tribunal de Contas do Estado concluiu pela existência de óbice ao seu registro, consubstanciado na ilegalidade da incorporação de determinada gratificação aos proventos a princípio fixados.

Devidamente cientificado da deliberação da Corte de Contas, o ente político municipal procedeu à retificação do ato de concessão da aposentadoria.

Irresignado, o servidor ajuizou mandado de segurança, pleiteando a anulação do ato de retificação de seus proventos de aposentadoria, tendo incluído no polo passivo apenas o Município a cujos quadros funcionais pertencia.

Tomando contato com a petição inicial do *mandamus*, o juiz da causa, partindo da premissa de que se estava diante de um ato administrativo complexo, para cujo aperfeiçoamento concorreram as manifestações do ente municipal e do Tribunal de Contas, deve:

- (A) concluir pela não configuração de qualquer modalidade de litisconsórcio passivo e proceder ao juízo positivo de admissibilidade da ação;
- (B) concluir pela configuração de um litisconsórcio passivo facultativo e proceder ao juízo positivo de admissibilidade da ação;
- (C) concluir pela configuração de um litisconsórcio passivo necessário e proceder ao juízo positivo de admissibilidade da ação, determinando a notificação da autoridade municipal e da Corte de Contas para prestarem informações;
- (D) concluir pela configuração de um litisconsórcio passivo necessário e indeferir a petição inicial, em razão de sua não observância, pelo impetrante;
- (E) concluir pela configuração de um litisconsórcio passivo necessário e determinar a intimação do impetrante para emendar a petição inicial, incluindo o litisconsorte faltante.

70

No julgamento de um processo perante o Tribunal de Contas do Estado, em que se julgaram incorretas as contas prestadas por um agente público, foi, ao final, imputada a este a obrigação do pagamento do débito apurado.

Sabendo-se que foi observado o devido processo legal, com respeito ao contraditório e à ampla defesa, é correto afirmar sobre o referido processo que:

- (A) sua atividade é jurisdicional, sendo suas decisões acobertáveis pelo manto da coisa julgada material;
- (B) sua atividade é jurisdicional, sendo suas decisões não acobertáveis pelo manto da coisa julgada material;
- (C) há atividade administrativa, sendo a Corte de Contas órgão auxiliar da estrutura do Poder Judiciário brasileiro;
- (D) não há atividade jurisdicional, mas eminentemente administrativa e fiscalizatória, não podendo sua legalidade se submeter ao crivo do Poder Judiciário;
- (E) não há atividade jurisdicional, mas eminentemente administrativa e fiscalizatória, podendo sua legalidade se submeter ao crivo do Poder Judiciário.

71

João, servidor público, tem acesso a um testamento particular em razão das suas funções. Ao ler o documento, João percebe que um dos beneficiários é seu desafeto de longa data, motivo pelo qual altera a manifestação de última vontade, retirando, do rol de beneficiários do testamento, o seu inimigo.

À luz do caso em destaque e considerando as disposições do Código Penal, João praticou o crime de:

- (A) falsificação de documento particular, majorado por se tratar de funcionário público que, prevalecendo-se do cargo, praticou a conduta narrada;
- (B) falsificação de documento público, majorado por se tratar de funcionário público que, prevalecendo-se do cargo, praticou a conduta narrada;
- (C) falsidade ideológica, majorado por se tratar de funcionário público que, prevalecendo-se do cargo, praticou a conduta narrada;
- (D) falsificação de documento público, sem majorante;
- (E) falsificação de documento particular, sem majorante.

72

No dia 10 de novembro de 2022, no Município de Serra/ES, João, com o objetivo de matar Caio, efetuou três disparos de arma de fogo na direção deste. Caio, atingido no braço e na barriga, conseguiu fugir, momento em que foi socorrido por Guilherme, que o encaminhou ao nosocômio mais próximo. Em razão da gravidade dos ferimentos, Caio foi transferido para um hospital de referência no Município de Vitória/ES, vindo a falecer uma semana após os fatos, no dia 17 de novembro de 2022.

À luz das disposições do Código Penal, conclui-se, quanto ao tempo e ao lugar do crime, que o homicídio foi praticado:

- (A) no momento da ação, ou seja, no dia 10 de novembro de 2022, à luz da teoria da atividade, sendo certo que o lugar do delito é o Município de Serra/ES, adotando-se a teoria supracitada;
- (B) no momento do resultado, ou seja, no dia 17 de novembro de 2022, à luz da teoria do resultado, sendo certo que o lugar do delito engloba os Municípios de Serra/ES e Vitória/ES, adotando-se a teoria da ubiquidade;
- (C) no momento da ação, ou seja, no dia 10 de novembro de 2022, à luz da teoria da atividade, sendo certo que o lugar do delito engloba os Municípios de Serra/ES e de Vitória/ES, adotando-se a teoria da ubiquidade;
- (D) no momento da ação, ou seja, no dia 10 de novembro de 2022, bem como no momento do resultado, no dia 17 de novembro de 2022, à luz da teoria da ubiquidade, sendo certo que o lugar do delito é o Município de Serra/ES, adotando-se a teoria da atividade;
- (E) no momento da ação, ou seja, no dia 10 de novembro de 2022, bem como no momento do resultado, no dia 17 de novembro de 2022, à luz da teoria da ubiquidade, sendo certo que o lugar do delito engloba os Municípios de Serra/ES e Vitória/ES, adotando-se a teoria supracitada.

73

João, auditor da Receita Estadual, no dia 20 de novembro de 2022, procede à fiscalização de diversos estabelecimentos comerciais, exercendo o poder de polícia previsto em lei para tanto. No primeiro local visitado, uma lanchonete, João exige, perante diversos clientes, que o proprietário pague R\$ 1.000,00 à guisa de ICMS, muito embora disponha de conhecimento prévio de que o valor já fora objeto de pagamento. No segundo local visitado, uma padaria, João solicita R\$ 1.000,00 ao proprietário, para fechar os olhos para potenciais irregularidades. No terceiro local visitado, um pet shop, o proprietário Tício, sabedor da fama de João, oferece ao agente público R\$ 1.000,00 para que ele não efetue qualquer fiscalização, ocasião em que é preso em flagrante.

Com base no caso concreto narrado, João praticou:

- (A) na lanchonete, o crime de excesso de exação, enquanto, na padaria, foi perpetrado o delito de corrupção passiva; a conduta de Tício, por sua vez, se amolda à descrição típica do crime de corrupção ativa;
- (B) na lanchonete, o crime de excesso de exação, enquanto, na padaria e no pet shop, foi perpetrado o delito de corrupção passiva; a conduta de Tício, por sua vez, se amolda à descrição típica do crime de corrupção ativa;
- (C) na lanchonete, o crime de concussão, enquanto, na padaria, foi perpetrado o delito de corrupção passiva; a conduta de Tício, por sua vez, se amolda à descrição típica do crime de corrupção ativa;
- (D) na lanchonete e na padaria, o crime de corrupção passiva; a conduta de Tício, por sua vez, se amolda à descrição típica do crime de corrupção ativa;
- (E) na lanchonete e na padaria, o crime de concussão; a conduta de Tício, por sua vez, se amolda à descrição típica do crime de corrupção ativa.

74

Acerca da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública (Cosip), analise as afirmativas a seguir, considerando V para a(s) verdadeira(s) e F para a(s) falsa(s).

- () Pode ter suas alíquotas alteradas por meio de ato normativo infralegal.
- () Sua instituição se dá por meio de lei complementar.
- () Sua cobrança deverá ser exclusivamente feita na fatura de consumo de energia elétrica.

A sequência correta é:

- (A) V, V e V;
- (B) V, V e F;
- (C) F, V e V;
- (D) F, F e V;
- (E) F, F e F.

75

Acerca das modalidades de extinção do crédito tributário ou da extinção da possibilidade de constituí-lo, à luz do Código Tributário Nacional, analise as afirmativas a seguir, considerando V para a(s) verdadeira(s) e F para a(s) falsa(s).

- () A prescrição extingue o crédito tributário, de modo que a dívida tributária paga após a consumação do prazo prescricional é passível de repetição do indébito tributário.
- () O vencimento do crédito tributário, para fins de sua extinção pelo pagamento, ocorre trinta dias depois da data em que se considera o sujeito passivo notificado do lançamento, prazo este que não pode ser alterado pela legislação tributária local para tributos estaduais ou municipais.
- () No lançamento de ofício, o direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário extingue-se após cinco anos, contados do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado.

A sequência correta é:

- (A) V, V e V;
- (B) V, V e F;
- (C) V, F e V;
- (D) F, F e V;
- (E) F, F e F.

76

Decreto do prefeito do Município Alfa, publicado no Diário Oficial do Município em 10/11/2022, majorou a base de cálculo do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) em montante acima do índice da inflação, determinando que a cobrança majorada produziria seus efeitos a partir de 01/01/2023. O mesmo decreto também alterou o prazo final de pagamento do IPTU para o próximo ano e estabeleceu uma nova obrigação tributária acessória exigindo informar ao Município alterações na metragem da área construída dos imóveis urbanos. Diante desse cenário, é correto afirmar que:

- (A) tal Decreto violou o princípio da anterioridade nonagesimal quanto à cobrança com base de cálculo majorada a partir de 01/01/2023;
- (B) tal Decreto violou o princípio da legalidade tributária ao efetuar tal majoração da base de cálculo do IPTU;
- (C) tal Decreto não poderia criar nova obrigação tributária acessória;
- (D) tal Decreto não poderia alterar o prazo de pagamento do IPTU;
- (E) a alteração na área construída não pode afetar o cálculo do IPTU, uma vez que este toma por base a metragem total do terreno, independentemente das construções nele realizadas.

77

Os Municípios do Estado Alfa suspeitavam que a repartição constitucional das receitas tributárias que lhes cabia estava sendo efetuada de modo errôneo tanto pela União como pelo Estado Alfa, prejudicando-os quanto às parcelas que lhes eram devidas. Tiveram então que comparar essa repartição com os percentuais previstos na Constituição da República de 1988.

Diante desse cenário, pertence aos Municípios:

- (A) 75% do produto da arrecadação do imposto estadual sobre a propriedade de veículos automotores licenciados no território municipal;
- (B) 80% do produto da arrecadação do imposto da União sobre a propriedade territorial rural (ITR), relativamente aos imóveis neles situados, cabendo a totalidade na hipótese de o Município optar por fiscalizar e arrecadar o ITR em seu território;
- (C) 50% dos 10% do produto da arrecadação do imposto sobre produtos industrializados a que os Estados fazem jus;
- (D) 25% do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação;
- (E) o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, pelas empresas públicas municipais.

78

Quanto às regras constitucionais de aposentadoria dos servidores públicos, é correto afirmar que:

- (A) os regimes previdenciários são dotados de natureza contributiva e solidária, com contribuições exclusivas dos servidores ativos;
- (B) qualquer pessoa que venha a prestar serviços remunerados ao Estado do Espírito Santo será, automaticamente, vinculada ao regime estadual de previdência;
- (C) a aposentadoria por incapacidade permanente não exige o servidor de avaliações periódicas para fins de aferição de eventual recuperação para a atividade laboral;
- (D) servidores com deficiência terão regras de aposentadoria análogas aos servidores em geral, tendo somente vantagens de ordem pecuniária mediante incremento de renda mensal;
- (E) o exercício de atividade insalubre pelo servidor estadual somente viabiliza a aposentadoria antecipada caso se comprove, no caso concreto, o efetivo prejuízo à saúde e à integridade física do servidor.

79

Alberto, atuário empregado de determinada entidade fechada de previdência complementar por quinze anos consecutivos, logra aprovação em concurso público para o Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, em janeiro de 2022.

Na nova condição de servidor público, é correto afirmar que:

- (A) admitindo que Alberto tenha ingressado no cargo com 50 anos de idade, poderá obter, pelas regras vigentes, aposentadoria voluntária com 65 anos de idade;
- (B) tendo em vista a atividade eminentemente técnica de Alberto, como atuário, sua vinculação previdenciária permanecerá junto ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS);
- (C) pelo fato de a atividade privada de Alberto ter sido como atuário em entidade fechada de previdência complementar patrocinada por ente público, o referido período será computado como tempo de serviço público para fins de aposentadoria;
- (D) Alberto, caso deseje averbar o tempo de atividade privada no âmbito do regime próprio de previdência estadual, terá de obter certidão de tempo de contribuição junto ao INSS, a qual somente será emitida se comprovados, por ele, os recolhimentos previdenciários de seu empregador privado;
- (E) a Emenda Constitucional nº 103/2019 estabeleceu que caberia a lei complementar federal fixar normas gerais quanto a mecanismos de equacionamento de déficit atuarial em regimes próprios de previdência social. Tendo em vista a inexistência da referida lei, qualquer medida de ajuste do regime previdenciário, como incremento de contribuições de Alberto por lei local, é inconstitucional.

80

Sobre a avaliação atuarial do regime previdenciário dos servidores do Estado do Espírito Santo, é correto afirmar que:

- (A) é de índole facultativa, tendo em vista a natureza exclusivamente financeira dos regimes previdenciários de servidores públicos no Brasil;
- (B) pode ser realizada de forma exclusiva no momento da fixação das premissas atuariais iniciais, sendo dispensados controles posteriores;
- (C) é realizada por técnicos do serviço público federal, os quais detêm competência exclusiva para tanto;
- (D) é obrigatória, mas somente a partir da criação dos regimes de previdência complementar, na forma da Emenda Constitucional nº 103/2019;
- (E) deve ser realizada para a determinação de taxa de custeio da entidade previdenciária, para a transformação de capitais cumulativos em valores de benefício e para a determinação de reservas matemáticas, dentre outros objetivos.

DISCURSIVA

1

Um determinado Estado da Federação foi beneficiado com recursos de emendas parlamentares individuais de caráter impositivo apresentadas ao projeto de Lei Orçamentária da União em um dado exercício financeiro. Os parlamentares foram eleitos para o cargo de deputado federal pelo referido Estado, com votações expressivas. A emenda apresentada pelo parlamentar A previa alocação de recursos ao Estado por meio de transferência especial. Já a emenda apresentada pelo parlamentar B previa a alocação de recursos por meio de transferência com finalidade definida.

À luz das disposições constitucionais para a transferência desses recursos do orçamento da União, elabore um texto que especifique os seguintes itens:

- a) duas vedações comuns aplicáveis aos recursos de transferência especial e de transferência com finalidade definida decorrentes de emendas individuais impositivas;
- b) três regras a serem observadas na realização de transferências especiais decorrentes de emendas individuais impositivas;
- c) uma regra a ser observada na realização de transferências com finalidade definida decorrentes de emendas individuais impositivas.

Valor: 10 pontos

Máximo de 20 linhas.

2

Tendo por base o regime jurídico do servidor público temporário, responda aos itens a seguir, de forma objetivamente fundamentada e de acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal:

- a) É constitucional norma estadual que, sem definir o caráter emergencial e o prazo da contratação, de maneira genérica e abrangente, permite a convocação temporária de profissionais da área da educação sem prévio vínculo com a Administração Pública estadual para suprir vacância de cargo público efetivo?
- b) Servidores temporários fazem jus a décimo terceiro salário e férias remuneradas acrescidas do terço constitucional?

Valor: 10 pontos

Máximo de 20 linhas.

RASCUNHO - Prova Discursiva - Questão 1

1

5

10

RASCUNHO

15

20

RASCUNHO - Prova Discursiva - Questão 2

1

5

10

RASCUNHO

15

20

Realização

